



A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA EM PERIÓDICOS BRASILEIROS NO PERÍODO DE 2012 A 2021

Ana Geysa Guilherme Bezerra¹
Francisco Maikom Soares Marcos²
Maria Roberta de Alencar Oliveira³

RESUMO

Este texto teve por objetivo realizar uma revisão de literatura sobre a Extensão Universitária no Brasil, a partir de um levantamento em periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) no período entre os anos de 2012 e 2021. Está vinculado ao Projeto de Extensão MobilizAção, do Departamento de Educação do Campus Avançado de Pau dos Ferros/Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Iniciamos a discussão com um breve histórico sobre a Extensão Universitária no Brasil para que se possa situar melhor as concepções e práticas da mesma desde a sua gênese até os dias atuais. A abordagem qualitativa e a técnica utilizada para a busca dos textos que compuseram a revisão de literatura, foi a técnica de pesquisa com booleanos, a análise dos artigos referenciou-se na análise de conteúdo. Os resultados da pesquisa apontaram um número reduzido de trabalhos que tratam sobre a Extensão Universitária no Brasil e, ainda, que grande parte desses artigos não tratavam do histórico da mesma, suas nuances e conquistas ao longo da história, fato que pode sinalizar a falta de reconhecimento da importância da Extensão para as Universidades e sua relação intrínseca com a comunidade externa.

PALAVRAS-CHAVE: Extensão Universitária; Revisão de literatura; Política Nacional de Extensão.

ABSTRACT

This paper is a literary review of the university extension program in Brazil. This literary review is based on publications of the CAPES (the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel) and these publications were collected considering the period from 2012 to 2021. This study is directly linked to the extension project "MobilizAção" from the Education Department in the municipality of Pau dos Ferros at the State University of Rio Grande do Norte. First of all, we start the discussion with a summary of university extension program in Brazil so that we understand its conceptions and its practices from its beginning to nowadays. This study has a qualitative approach and it was based on Boolean technique to collect the publications

1 Graduada em Pedagogia – CAPF/UERN. Email: anageysa@alu.uern.br

2 Graduando em Pedagogia – CAPF/UERN. Email: maikomsoares@alu.uern.br

3 Professora do Departamento de Educação do CAPF/UERN. Doutora em Educação – PPGE/CE/UFPB



and the article analysis was based on content analysis. The research results point out that there's a reduced number of publications about this topic (university extension programs) and that most of these published articles did not deal with its nuances and achievements throughout history, which may represent a lack of the recognition how important Extension Programs are for University and its intrinsic relationship with the non-academic community.

Keywords: University extensions; Literature review; National Politics of University Extensions.

1 INTRODUÇÃO

Este texto teve por objetivo realizar uma revisão de literatura, a partir de um levantamento em periódicos da CAPES (no período entre 2012⁴ e 2021) sobre a Extensão Universitária no Brasil. Está vinculado ao Projeto de Extensão Mobilização⁵ do Departamento de Educação do Campus Avançado de Pau dos Ferros da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Iniciamos a discussão com um breve histórico sobre a Extensão Universitária no Brasil para que se possa situar melhor as concepções e práticas da mesma desde a sua criação no país até os dias atuais.

A extensão universitária chega ao país nos anos 20 na Universidade de São Paulo tendo como referência a extensão inglesa e norte-americana, mas, só assume um caráter oficial de extensão em 1931 com a reforma de Francisco Campos em que é criado o estatuto das universidades brasileiras. Nesse período a extensão foi criada como o objetivo de difundir conhecimento que era produzido nas universidades para a sociedade a fim de que este fosse democratizado (DUBEUX,2018). Porém, o que se percebe é que ela era usada para difundir ideologias elitistas e também do Governo Militar durante o golpe de estado de 1964 que foi um período marcado por censuras e repressões. Este estado de coisas não poderia deixar de afetar também a extensão Universitária que passa a assumir

4 O recorte temporal inicia-se no ano de 2012 por ter sido o ano de aprovação da Política Nacional de Extensão Universitária, no XXXI Encontro Nacional (FORPROEX), realizado em Manaus (AM) e 2021 por ser o ano em que foi realizado o levantamento que dá corpo a este estudo.

5 O projeto Mobilização criado em 2013, tem como objetivo traçar uma ponte entre comunidade interna e externa do CAPF/UERN e já conta com a 6ª edição, trazendo temas necessário a comunidade acadêmica e a sociedade. O tema da primeira edição em 2013 foi: fatores intra e extra escolares que interferem na qualidade da educação das escolas públicas. Em 2017 após 4 anos o projeto retoma com o tema: Ideb e sua relação com a qualidade da educação no município de Pau dos Ferros/RN, tema que perdurou nas duas fases seguintes. Em 2020 tratou do tema: A função da coordenação pedagógica da escola pública. E na 6ª edição (2021) trouxe o tema: Pensar e Fazer Gestão Democrática na Escola Pública. Assim o Mobilização ultrapassa os muros da Universidade e torna visível o real sentido da extensão, lutando para que esta tenha o devido reconhecimento de sua importância junto ao Ensino e Pesquisa.



[...] uma perspectiva de desenvolvimento comunitário e serve de instrumento para difusão da ideologia promovida pelos militares no período, a exemplo do Projeto Rondon que enviou milhares de jovens em diferentes regiões do Brasil, com missões de educação para o desenvolvimento, a partir da ideologia militar (DUBEUX, 2018, p.15).

Ainda durante o período da ditadura militar, na década de 70, é criada a Coordenação de Atividade de Extensão (CODAE) que juntamente com o Departamento de Assuntos Universitários (DAU) do MEC tinha o objetivo de institucionalizar a extensão universitária fazendo uma releitura da concepção de extensão desenvolvida por Paulo Freire, acreditando que a extensão beneficiaria a Universidade e a sociedade (KOCHHANN, 2017). A CODAE, no entanto, não obteve grandes avanços findando por ser extinta em 1979.

Em 1980, no período em que o Brasil passava por um processo de redemocratização, ocorreu uma retomada/avanço das práticas extensionistas nas universidades. Este período é marcado também por uma crise paradigmática da ciência moderna/pós-moderna e, com ela, emergem na Universidades embates e grupos de discussões que se ocupam da Extensão, destacando a necessidade da criação de novos conceitos, novas metodologias e uma nova perspectiva de extensão, diferente da perspectiva difusionista que a caracterizava até então.

Nessa direção, em 1987 é criado o Fórum dos Pró-reitores de Extensão (FORPROEXT) que definiu, após a promulgação da Constituição de 1988 que consagra o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Daí, os processos que envolvem a extensão passam a ser definidos como: “[...] interdisciplinares, educativos, culturais, científicos e políticos que promovem a interação transformadora entre a universidade e outros setores da sociedade” (FORPROEXT, 2012, p.15).

Juntamente com o novo conceito estabelecido pela FORPROEXT, nos anos 90 a extensão deixa de ser pensada em uma perspectiva difusionista e passa a ser estruturada a partir de uma lógica dialógica, valorizando o diálogo como elemento norteador de suas práticas, passando a ser vista como

um espaço de integração da Universidade com a sociedade, onde o conhecimento pode ser produzido na dialogicidade, independente do espaço, e que os saberes da comunidade, devem ser valorizados e integrados aos conhecimentos científicos, objetivando a transformação social (MACHADO, 2013, p.2).

O diálogo, uma das categorias fundantes do pensamento de Freire (1983), trata a construção do conhecimento científico a partir das trocas com os saberes populares. Esta concepção da categoria diálogo passa a ser elemento balizador para as práticas extensionistas, buscando ainda



abrir caminhos para que as trocas de saberes e conhecimentos se dê nos espaços dentro-fora das Universidades.

Para Freire (1983), a extensão é a ferramenta que a Universidade utiliza para fortalecer os vínculos culturais de seus docentes/discentes com a comunidade externa, que por sua vez entende-se, na realização de ações transformadoras através das quais pode-se modificar o meio natural (a comunidade), em meio cultural. Assim, a aquisição de saberes e conhecimentos se torna algo mútuo, sem hierarquizações, mas muito mais fundado na horizontalização das trocas entre o meio acadêmico e a comunidade externa e, principalmente nas possibilidades de construção de novos saberes/fazer e conhecimentos.

A década de 90 é marcada também pelas reformas educacionais, pauta da Conferência Mundial Sobre Educação para Todos em Jomtien, na Tailândia, que definiu objetivos e metas para a educação. São elas:

satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem, expandir o enfoque da educação, universalizar o acesso à educação e promover a equidade, concentrar a atenção na aprendizagem, ampliar os meios e o raio de ação da educação básica, propiciar um ambiente adequado à aprendizagem, fortalecer as alianças, desenvolver uma política contextualizada de apoio, mobilizar os recursos e fortalecer solidariedade internacional (WCEFA, 1990, p.2-6).

Nesta mesma época, o Fórum de pró-reitores de Extensão realizou o seu IV Encontro Nacional em Florianópolis/SC, no período de 6 a 9 de maio de 1990, tendo como tema central: Extensão Universitária- As Perspectivas nos anos 90, e como sub-temas: 'Educação e Alfabetização e Metodologia em Extensão Universitária' (RODRIGUES, 2003, p.155). Neste Encontro destaca-se que conscientes

da inexistência de recursos financeiros para a extensão, das dificuldades de implementação das atividades que exigiam recursos para a realização, do desconsiderável número de professores envolvidos nas atividades extensionistas, os pró-reitores, diante disto, se posicionaram de forma unânime em mostrar a importância da Universidade pública, o que ela produz e a sua importância para a sociedade (RODRIGUES, 2003, p.155).

Assim, o Fórum de pró-reitores de Extensão cumpre tarefa importante na política extensionista no país, influenciando sobremaneira a construção de uma Política Nacional de Extensão Universitária que "tornou-se o instrumento por excelência de inter-relação da Universidade com a sociedade, de oxigenação da própria Universidade, de democratização do conhecimento acadêmico" (FORPROEX, 2012, p.10).

Esta Política norteia até os nossos dias as teorias e práticas extensionistas na Universidade, e é considerada como uma grande avanço no



fortalecimento da Extensão no país até os dias atuais. É importante considerar ainda que a partir do ano de 2018, com a explosão da pandemia da Covid, causada pelo SARS-CoV-2, as atividades e extensão tiveram que ser reinventadas. E vários foram os desafios enfrentados, entre eles o distanciamento social que provocou a restrição de reuniões em comunidades.

Porém, muitas das atividades extensionistas passaram a se utilizar das plataformas digitais conhecidas como Google Meet e Google Classroom, onde foram desenvolvidas produções de web seminários, produção de cursos on-line promovidos por docentes/estudantes das Universidades e a comunidade. Este formato remoto possibilitou, mesmo com dificuldades, o desenvolvimento de ações extensionistas junto às comunidades externas à Universidade, levando a cabo o papel da Extensão de ser um dos pilares na construção e na democratização do conhecimento acadêmico.

Para Gadotti (2017), ainda se confrontam e coexistem duas vertentes de Extensão Universitária, uma mais assistencialista e outra não assistencialista, ou, como também se costuma dizer, uma prática extensionista e outra não extensionista. A primeira delas entende a Extensão numa perspectiva assistencialista na qual a extensão está a serviço da produção e difusão de conhecimentos para aqueles que não o tem, além de consideram os saberes e conhecimentos das comunidades como menores e menos importantes do que os saberes produzidos na academia. No que diz respeito à segunda vertente, é frontalmente oposta à primeira ao considerar o assistencialismo como pauta da Extensão, fundamentando-se na premissa antropológica/freireana de que todo ser humano como um ser inacabado, incompleto e inconcluso, que não sabe tudo, mas, também, que não ignora tudo.

Nessa direção, a Extensão é o espaço privilegiado de integração da Universidade, é a possibilidade mais democrática da mesma relacionar-se dentro e fora e seus muros, podendo também ser considerada como articuladora de saberes e conhecimentos, como afirma Santos

a área de extensão vai ter no futuro próximo um significado muito especial. No momento em que o capitalismo global pretende funcionalizar a Universidade e, de facto, transformá-la numa vasta agência de extensão ao seu serviço, a reforma da Universidade deve conferir uma nova centralidade às atividades de extensão (com implicações no currículo e nas carreiras dos docentes) e concebê-las de modo alternativo ao capitalismo global, atribuindo às Universidades uma participação activa na construção da coesão social, no aprofundamento da democracia, na luta contra a exclusão social e a degradação ambiental, na defesa da diversidade cultura (SANTOS, 2004, p.53-54).

Concordamos com Santos (2004) em toda a sua percepção sobre a extensão, mas nos permitimos discordar da afirmativa de que a extensão terá um significado “muito especial em um futuro próximo”. Por todo o



seu percurso no Brasil, a Extensão, mesmo que “jovem”, já tem um papel “especial” nas atividades universitárias, já busca articular a pesquisa e o ensino em suas práticas e estas com as políticas públicas sociais. O que parece ocorrer, é que, apesar da Extensão Universitária ser mais um dos pilares que move a Universidade ainda hoje é pouco valorizada, principalmente quando se trata do seu financiamento.

Apesar de alguns avanços principalmente com as atividades do Fórum dos pró-reitores de extensão que no período de 2003 a 2016 ocupou-se em criar editais para os projetos de extensão, ainda se nota a falta do olhar das políticas de financiamento que secundarizam a Extensão, priorizando o ensino e a pesquisa. Entre o tripé ensino, pesquisa e extensão, a extensão é a última beneficiada neste quesito, por parte das políticas públicas, e finda por ser vista como uma “atividade secundária” (CASTRO,2004). Há que se considerar ainda que a Extensão possui

um arsenal metodológico diferenciado; é feita de encontros entre alunos, professores e comunidades; tem a possibilidade de, neste encontro, incorporar outros saberes, de criar um novo senso comum e de ampliar a capacidade de reflexão sobre as práticas, porque nelas se constituem, ou seja, são constituídas pelas experiências (CASTRO,2004, p.5).

Porém ainda é corrente uma visão equivocada do que seja a mesma, associando-a ao que está fora dos muros da universidade e isso acaba por reforçar o senso comum e o autoritarismo universitário, já que, com esta visão é considerado que somente a universidade leva o conhecimento para a sociedade sem haver nenhum retorno das comunidades para a Universidade (CASTRO,2004). Este tipo de compreensão, acaba por distorcer o real sentido da Extensão que é justamente promover uma “dialogicidade” entre Comunidade e Universidade, buscando valorizar e horizontalizar os conhecimentos/saberes específicos de cada uma delas.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O estudo é de abordagem qualitativa e do tipo Revisão de Literatura. Para a consecução deste, realizamos a pesquisa dos artigos que tratavam da Extensão no Brasil em 21 periódicos do portal da CAPES, tomando como recorte temporal o período entre os anos de 2012 a 2021, utilizando as técnicas dos booleanos que são:

a aplicação da Lógica de Boole a um tipo de sistema de recuperação da informação, no qual se combinam dois ou mais termos, relacionando os por operadores lógicos, que tornam a busca mais restrita ou detalhada. As estratégias de busca são baseadas na combinação entre a informação contida em determinados documentos e a correspondente questão de busca, elaborada pelo usuário do sistema (SAKS, 2005, p.4).



Através de combinações de operadores como o AND (Encontrar textos que se relacionam), OR (Encontrar textos que se relacionam, mas, cada um de forma separada) e NOT (Usado para excluir um dos temas na pesquisa) é possível fazer uma busca mais precisa do que se busca, iniciamos a busca com o descritor A Extensão universitária no Brasil e obtivemos um total de 6.719 resultados.

Para uma busca mais específica utilizamos o booleano AND e palavras-chave do tema de nosso interesse ficando A Extensão Universitária no Brasil AND valorização das ações extensionistas, desse modo, obtivemos um total de 95 resultados.

Para uma busca ainda mais precisa acrescentamos novamente o booleano AND associado a outras palavras-chave da seguinte forma: A Extensão Universitária no Brasil AND percurso histórico AND valorização das ações extensionistas, assim, obtivemos um total de 21 trabalhos. Depois de submetidos à primeira e à segunda fase da Análise de Conteúdo de Bardin (2004) que são a pré-análise e a exploração do material, foram excluídos 13 trabalhos que não eram direcionados ao tema ou que se repetiam. Assim, foi possível identificar 8 artigos que foram submetidos ao tratamento dos resultados (terceira e última fase da Análise de Conteúdo), fase em que trabalhamos com as inferências e a interpretação dos dados.

Aplicamos, aos artigos, as regras da exaustividade, ou seja, todos os documentos que obedeceram ao critério tomado para compor o corpus foram analisados; da representatividade, o qual permitiu, após compor uma amostra que fosse significativa, perceber e trabalhar com a representatividade destes dados; da homogeneidade que permitiu que os artigos escolhidos não apresentassem demasiada singularidade fora do critério elencado para sua escolha; e da pertinência, que diz que “os documentos devem ser adequados, enquanto fonte de informação, de modo a corresponderem ao objetivo que suscita a análise” (BARDIN, 2004, p.90-92).

Vale salientar que os artigos analisados estavam distribuídos em 21 periódicos que foram categorizados nos seguintes quesitos: ano de publicação, objetivo e região onde o periódico foi publicado. Com isso, objetivamos analisar os tipos de publicação que tratam do tema, analisar em quais períodos se destacaram essas pesquisas, o objetivo dos trabalhos e em quais regiões foram desenvolvidos esses trabalhos que tratavam da Extensão Universitária.

Em relação ao tipo de publicação todos os trabalhos analisados foram artigos publicados entre 2012 a 2021, com a maioria dos trabalhos concentrados nos anos de 2014 e 2018. Quanto aos objetivos dos artigos analisados o que se percebeu foi que a maioria dos trabalhos se referiam a ações extensionistas e apenas dois deles traziam o percurso histórico da extensão. Os trabalhos foram realizados em todas as regiões do Brasil, mas, há destaque para o Nordeste, e neste, os estados da Paraíba e da Bahia.



3 ANÁLISES E DISCUSSÕES DOS DADOS

O primeiro texto analisado foi o de Toscano e Júnior (2013) intitulado “A formação Universitária e gestão acadêmica no ensino público: experiências de ações extensionistas na UFRN e na UFBA”. O artigo trata das crises advindas da ampliação da universidade moderna, entre essas crises se destaca a falta de democratização/ acesso pela sociedade aos saberes da universidade. O texto traz críticas ao elitismo das universidades brasileiras, o que fez com que as mesmas não respondessem às necessidades da sociedade durante muito tempo. Discute ainda as reformas universitárias que visaram a aproximação da Universidade com os setores externos e coloca como motor dessa aproximação a Extensão Universitária. Os autores destacam duas ações de extensão no Nordeste: A primeira na Universidade Federal da Bahia (UFBA) que desenvolveu o programa ACC (Atividade Curricular em comunidade) e a segunda na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) que criou e desenvolveu o programa de extensão o SACI (Programa de Saúde e Cidadania) que se tornaram referência na Universidade e na Comunidade externa.

O segundo artigo analisado, de autoria de Incrocci e Andrade (2018) intitulado “O fortalecimento da extensão no campo científico: uma análise dos editais ProExt/MEC”, teve como objetivo analisar o fortalecimento da educação no campo científico partindo do Edital de Fomento a Extensão Universitário o ProExt desenvolvido no âmbito do Ministério da Educação (MEC) e do Ministério da Cultura (Minc). O artigo traz uma historiografia da Extensão Universitária no Brasil. Este não é direcionado a uma região específica além de críticas ao modo como os recursos dos editais eram distribuídos entre as Universidades Federais e as demais instituições universitárias, argumentando que não haveria equidade na distribuição destes.

O trabalho “Ética nas ações educativas e assistenciais orientadas pela educação popular/ Ética nas ações educativas de cuidado em saúde orientadas pela educação popular/ Ética nas ações educativas e cuidado em saúde orientadas pela educação popular”, dos autores Batista, Vasconcellos e Costa (2014), é um relato de experiência e tem como objetivo analisar a ética nas ações educativas e de cuidado orientadas pela educação popular em saúde, com base na experiência de extensionistas do projeto “Educação Popular e Atenção à Saúde da Família desenvolvido na cidade de João Pessoa-PB”. Os autores trazem uma forte defesa da Extensão na perspectiva popular defendida por Freire (1983), concluindo que a participação nas atividades extensionistas tem se mostrado essencial na formação dos participantes do projeto, mostrando-lhes, essencialmente, que a saúde “faz parte de nossa relação com o outro, da maneira como nos percebemos no mundo”.

De autoria de Biscardes, Santos e Silva (2014), o texto intitulado “Formação em saúde, extensão universitária e Sistema Único de Saúde



(SUS): conexões necessárias entre conhecimento e intervenção centradas na realidade e repercussões no processo formativo” trata da importância da extensão na vida de graduandos da área da saúde, e foca na importância da mesma para a formação de profissionais voltados para as necessidades da população. Destaca-se no artigo o projeto de Extensão “Viver SUS” na UFRB no Estado da Bahia. Trata-se de um relato de experiência que baseia a experiência dos graduandos na área de saúde no conhecimento da realidade local, na reflexão e priorização compartilhada de problemas/demandas, seguida de intervenções de cunho educativo e participativo, cujo planejamento e implementação enfatizaram formas coletivas e colaborativas de aprendizagem, investigação e intervenção. Demonstra, dessa forma, a importância de uma prática extensionista horizontalizada e baseada na participação coletiva, em práticas colaborativas e horizontalização de saberes/conhecimentos acadêmicos e populares,

O texto intitulado “Inclusão e inovação pedagógica: políticas e práticas de formação no ensino superior.” artigo dos autores Franco, Silva e Torisu (2018), desenvolvido no âmbito do Departamento de Educação da Universidade Federal de Ouro Preto/MG, analisa a política institucional de apoio aos estudantes com deficiência no campo da inclusão e discute a importância da colaboração da mesma para o fortalecimento de uma postura inovadora e inclusiva para superar obstáculos à inclusão do aluno com deficiência, provocando ainda a reflexão sobre a função social da Universidade.

O relato de experiência intitulado de “Educação popular e controle social em saúde do trabalhador: desafios com base em uma experiência”, de Lacerda, Cruz et.al (2014) encontra-se no escopo das experiências vivenciadas no projeto de extensão “Vidas Paralelas” desenvolvido no Estado da Paraíba e voltado para a saúde do trabalhador conclui que “estratégias de diálogo, organização político-social e troca de experiências de vida se apresentam como cenário significativo no compartilhamento de cultura e saúde do trabalhador, oportunizando crescimento coletivo e melhor qualidade de vida”. Deixando explícito que através do diálogo é possível o compartilhamento de culturas e de melhorias nas ações pró-saúde do trabalhador.

O próximo texto analisado intitula-se “A utilização do blog e de recursos midiáticos na ampliação das formas de comunicação e participação social”, de Silva, Cardinalli e Lopes (2015) e tem como objetivo realizar uma análise das ações extensionista do projeto “Talentos Juvenis do Gonzaga”, insere-se na área da Terapia Ocupacional direcionada a jovens em situação de vulnerabilidade e risco social, em que a comunidade acadêmica junto com os jovens criou um blog proporcionando o conhecimento dos conceitos, equipamentos e TICs, antes pouco acessível a esse público. Essa ação foi desenvolvida pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) em São Paulo, no âmbito de ações extensionistas da área de Educação e Terapia Ocupacional.



O último artigo analisado, tem como título: “Oficinas de atividade com jovens da escola pública: tecnologias sociais entre educação e terapia ocupacional” de Lopes, Borba, Trajber, Silva e Cruel (2011). Trata-se de um relato de experiência do projeto METUIA (palavra indígena de origem boro-ro, que significa amigo, companheiro) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), em São Paulo. As ações do projeto em tela estão voltadas a crianças e principalmente jovens em situação de vulnerabilidade e risco social e dirigiram-se no sentido de promover “Oficinas de Atividades têm se constituído como uma tecnologia social de aproximação, (re)construção de projetos e ampliação de redes de suporte junto a jovens advindos de grupos populares urbanos em situação de vulnerabilidade social”.

Note-se que todos os trabalhos se direcionam no sentido de promover ações extensionistas de inspiração freireana, trazendo a dimensão da comunicação bem presente e avançando no sentido da horizontalização dos saberes/conhecimentos que necessitam de construção coletiva para serem validados.

O que se percebeu a partir da pesquisa foi o pequeno número de trabalhos que discutem a Extensão universitária no Brasil e, ainda, que alguns desses não tratam do histórico da Extensão, suas conquistas e luta por reconhecimento. Pudemos perceber também a falta de reconhecimento da importância desta para as universidades e sociedade, já que, “[...], a extensão configura-se como a única das três dimensões universitárias capaz de suprir o caráter social da universidade” (INCROCCI; ANDRADE, 2018, p.190). Isso, reforça ainda mais, a ideia de desvalorização da extensão ou de seu lugar secundarizado diante do Ensino e da Pesquisa.

4 CONCLUSÃO

À guisa de conclusão deste estudo, é possível (re) afirmar que a Extensão Universitária necessita estar em um lugar de igualdade com as outras dimensões que configuram-se como pilares na construção dos saberes/conhecimentos/fazes da Universidade, também (re) afirmamos a sua grande importância para a comunidade universitária tanto quanto para a comunidade extra-muros da Universidade, dado que a mesma exerce um papel fundamental no fortalecimento dos vínculos entre ambas. Porém, apesar de tantas lutas históricas por reconhecimento do seu lugar, a mesma ainda não alcançou o reconhecimento tanto pelas comunidades (já que muitas das vezes não sabem o real sentido da extensão) quanto pelos acadêmicos e também pelas políticas públicas de financiamento que findam por priorizar o ensino e a pesquisa secundarizando a extensão.

Destacamos ainda a grande capacidade da Extensão de se reinventar e de assumir seu compromisso social, mesmo diante das dificuldades como a que estamos enfrentando atualmente com a pandemia da COVID-19 e com o corte de verbas para a Educação no âmbito do Governo Federal. Porém, mesmo com as medidas de isolamento social, a Extensão



demonstrou a sua capacidade de se reinventar, utilizando-se de ferramentas tecnológicas para continuar com suas ações, fato que também auxiliou a democratizar o acesso a meios/mídias digitais. Esperançar é verbo freireano conjugado cotidianamente na Extensão que permanece firme na luta por uma sociedade mais justa, com acesso democratizado às diversas e diferentes formas de conhecimento, enfim, que nunca na sua História afastou-se da inspiração que a orienta e parece ser o seu maior objetivo: a luta por transformação e justiça social.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2004.

BRASIL. Política Nacional de Extensão Universitária. **Fórum dos Pró-reitores de extensão das universidades Públicas brasileiras**. Manaus-AM, maio de 2012, p.1-40.

BATISTA, Patrícia Serpo de Souza; VASCONCELLOS, Eymard Mourão; DA COSTA, Solange Fátima Geraldo. **Ética nas ações educativas e assistenciais orientadas pela educação popular**. *Interface* (Botucatu, Brazil), 2014-01-01, vol.18, p.1401.

BISCARDE, Daniela Gomes dos Santos; SANTOS, Marcos Pereira; SILVA, Lília Bittencourt. Formação em saúde, extensão universitária e sistema único de Saúde (SUS): conexões necessárias entre conhecimento e intervenção centradas na realidade e repercussões no processo formativo. *Interface* (Botucatu, Brazil), 2014-01-01, vol.18, p.177.

CASTRO, Luciana Maria Cerqueira. A universidade, a extensão universitária e a produção de conhecimento emancipadores. **Anais: 27ª Reunião da Anped**, 2004. Disponível em: <http://27reuniao.anped.org.br/gt11/t1111.pdf>. Acesso em: mar. 2021.

DECLARAÇÃO MUNDIAL SOBRE A EDUCAÇÃO PARA TODOS. **Plano de ações para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem**. Jontien, Tailândia, 1990.

DUBEUX, Ana. Extensão Universitária no Brasil: democratizando o saber da universidade na perspectiva do desenvolvimento territorial. **Sinergias-diálogos educativos para a transformação social**, jan. 2018- n°.6, p.9-24.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?**. 7ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.



FRANCO, Marco Antônio Melo; SILVA, Marceline Magalhães; TORISU, Edmilson Minoru. Inclusão e inovação pedagógica: políticas e práticas de formação no ensino superior. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, 2018-09-01, vol.13, p.1320.

INCROCCI, Lígia Maria de Mendonça Chaves; ANDRADE, Thales Haddad Novaes de. O fortalecimento da extensão no campo científico: uma análise dos editais ProExt/MEC. **Revista Sociedade e Estado**. Volume 33, número 1, jan./abr. 2018.

KOCHHANN, Andréia. **A extensão Universitária no Brasil**: compreendendo sua historicidade. Anais da VI Semana de Integração Inhumas: UEG, 2017, p.546-557.

LACERDA, Dailton Alencar Lucas (et.al). Educação popular e controle social em saúde do trabalhador: desafios com base em uma experiência. **Interface** (Botucatu, Brazil), 2014-06- 15, vol.18, p.1377.

MACHADO, Verônica Moreno. Algumas reflexões sobre as concepções de extensão universitária. **Revista Científica Semana Acadêmica**. Fortaleza, ano MMXII, n°. 35, 2013.

RODRIGUES, Marilúcia de Menezes. Revisitando a história 1990-1995: a extensão universitária na perspectiva do Fórum Nacional de pró-reitores de extensão das Universidades Públicas Brasileiras. **Revista Portuguesa de Educação**, 2003.

SAKS, Flavia do Canto. **Busca booleano**: teoria e prática. Curitiba 2005. SILVA, Carla Regina; CARDINALLI, Isadora; LOPES, Roseli Esquerdo. A utilização das formas de comunicação a participação social. **Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar**, 2015-01-01, vol.23, p.131.

TOSCANO, Geovânio da Silva; SANTOS JÚNIOR, Alcides Leão. A formação universitária é gestão acadêmica no ensino público: experiências de ações extensionistas na UFRN e na UFBA. **Revista temas em educação**: RTE, 2013-12-01, p.171.

VIEIRA, Sofia Lerche. Políticas internacionais e educação - cooperação ou intervenção In:DOURADO, Luiz Fernandes; PARO, Vitor (Orgs). **Políticas públicas e educação básica**. São Paulo: Xamã, 2001.

